

OS EVANGÉLICOS E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL:

CULTURA CIDADÃ
E DEMOCRACIA
PARTICIPATIVA



aliança
evangélica 

OS EVANGÉLICOS E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: CULTURA CIDADÃ E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

“Bem-aventurados os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus”

(Mateus 5:9)

“A igreja deve ser lembrada de que não é a mestra ou a serva do Estado, mas sim a sua consciência... Ela deve ser a guia e a crítica do Estado, nunca sua ferramenta. Se a igreja não recuperar seu fervor profético, ela se tornará um clube social irrelevante, sem autoridade moral ou espiritual.”

Pr. Martin Luther King, Jr (1963), Strength To Love.

Muitos perguntaram se a igreja deveria ou não participar das manifestações de rua, lutando pelos direitos do cidadão e da coletividade. A rigor, a igreja nunca saiu das ruas. O seu chamado sempre foi para fora das quatro paredes, abraçando as causas identificadas com a Paz, a Justiça e a Alegria do Reino de Deus.

A Igreja de Jesus Cristo tem um compromisso com a liberdade. É inegável a contribuição do povo de Deus na construção e na consolidação da democracia brasileira. Historicamente, há tanto o que celebrar! Ocorre, porém, que os processos dinâmicos da vida em sociedade, exigirão de nós a constante reflexão acerca da qualidade do nosso testemunho cidadão.

Especialmente em anos de eleições para cargos públicos, fica mais evidente e oportuna a necessidade de evidenciarmos a nossa fé através de um posicionamento honesto, que seja comprometido com os valores do Reino e que não admita manipulações por parte daqueles que se utilizam do poder para o benefício pessoal.

Existe um sem número de possibilidades para o engajamento piedoso da Igreja de Jesus, na caminhada de sinalização do Reino de Deus. Esta cartilha pretende oferecer algum embasamento teórico, além de sugerir a pesquisa, a avaliação e o envolvimento do povo de Deus na promoção da liberdade e na luta pelo direito de todos.

A Aliança Cristã Evangélica Brasileira, com o apoio de diferentes parceiros (identificados na quarta capa), coloca esta Cartilha nas mãos dos evangélicos brasileiros, na expectativa de dias com uma igreja ainda mais participativa e mais cidadã. Nossa esperança é que crentes em Cristo, individualmente e também comunidades inteiras, reflitam e ajam sob uma fé evangélica consequente. E que muitos frutos de justiça sejam colhidos a partir dessa semente!

Aliança Cristã Evangélica Brasileira

Na primeira parte, ‘Definindo Termos e Conferindo a História’, nos ocupamos de situar você dentro do contexto da temática proposta, ou seja, oferecemos o mínimo necessário de ferramentas conceituais para que possa entender o que vem a ser ‘cidadania’ e como ela se evidencia em direitos e deveres dentro de um ambiente onde a democracia está estabelecida.

Veremos, também, a trajetória histórica da sociedade brasileira em relação à cidadania; as lutas sociais que foram e continuam sendo travadas ao longo dos séculos para que brasileiros e brasileiras possam ver assegurados os seus direitos mais básicos.

A partir desse pano de fundo, também vamos considerar a importante participação dos protestantes evangélicos na construção da cidadania no Brasil.

Enfim, entenderemos como os valores de uma democracia encontram ressonância na fé evangélica e vice-versa. Ainda que o Reino de Deus apresente referências sublimes que não vão encontrar correspondência plena nas construções humanas, é inegável que aqui e ali esses valores poderão ser sinalizados não por apenas uma ou outra corrente político-ideológica em especial, mas por homens e mulheres livres, cheios do Espírito Santo, que entendam o tempo em que vivem, e dêem as melhores respostas possíveis na tarefa de conservação da liberdade e da promoção da justiça social.

A segunda parte dessa cartilha (O Povo de Deus e a Participação Cidadã: Um Breve Panorama Bíblico) propõe um breve passeio pelas Escrituras Sagradas. No texto bíblico encontraremos o relato de experiências vividas por gente que andou com Deus e que entendeu o chamado para fazer diferença a partir de um compromisso de fé. Ainda nos primórdios da criação e da



existência humana, Deus estabelece o princípio do cuidado para com a Sua obra: o mandato cultural. Com o advento da queda, o Criador permanece incluindo o homem em Seus propósitos, convidando-o ao arrependimento e a juntar-se a Ele na tarefa de sinalizar o Seu reino.

Jesus Cristo é o clímax da revelação do plano de Deus para a redenção da Criação. Seu nascimento, Sua vida, Seu calvário e Sua ressurreição apontam para uma trajetória de mobilidade descendente que servirá de modelo para a igreja, para os seguidores do Cristo. Um modelo missionário cujo fundamento é a entrega sacrificial em amor será a essência do serviço cristão numa sociedade não-cristã.

Uma 'Pastoral à Igreja Cidadã', terceira e última parte desse trabalho, apresenta os parâmetros oferecidos pelo próprio Jesus para uma vida que reflita o caráter de Deus. Tendo as bem-aventuranças como paradigma de inspiração para o serviço cristão, apontamos alguns caminhos possíveis para a inserção da igreja na sociedade, cumprindo a sua vocação missionária e cidadã.

Quais são os maiores desafios que a igreja vai enfrentar ao seguir nessa trilha? O que já tem sido feito e o que pode ser ainda melhor?

A resposta para essas e outras perguntas e, por certo, um bom material que gerará novos questionamentos para futuras intervenções, você vai encontrar na seção que conclui essa cartilha.

Ao final de cada parte estamos propondo algum 'material para discussão'. As questões e as atividades que você vai encontrar por lá, devem enriquecer a assimilação do conteúdo apresentado.

Bem, então vamos falar de cidadania cristã?



COORDENAÇÃO EDITORIAL

Daniel de Almeida e Souza Jr.

AUTORES

Daniel de Almeida e Souza Jr., missionário da Sepal e Assessor de Missões Urbanas da Aliança Cristã Evangélica Brasileira. Mestre em Teologia Pastoral.

Lyndon de Araújo Santos, Pastor da Igreja Evangélica Congregacional em São Luís-MA e Presidente da FTL-B - Fraternidade Teológica Latino-americana – Setor Brasil. Doutor em História, Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão.

Rev. Maurício Amazonas, OSE, é Sacerdote Anglicano e pastoreia a Paróquia Anglicana Jardim das Oliveiras, em Boa Viagem, Recife - PE. É presidente do Instituto Robinson Cavalcanti e professor de Teologia do Novo Testamento no Seminário Teológico Batista Nacional - SETEBAN. Tem sua formação em Teologia e Ciências Sociais.

REVISÃO DOS TEXTOS

Silêda Steuernagel

PROJETO GRÁFICO

Leandro Bucatte - Linea Creativa

ILUSTRAÇÕES

Felipe Rostodella

EDITORES RESPONSÁVEIS

Airton H. Palm, Christian T. Gillis, José Carlos da Silva, Silas Tostes, Valdir Steuernagel e Wilson Costa – membros do Conselho Gestor da Aliança Cristã Evangélica Brasileira.

IMPRESSÃO

Casa Publicadora das Assembleias de Deus
Capa em Couchê 150g e Miolo em papel couchê 90g



BRASIL, Maio de 2014

PARTE 1

DEFININDO
TERMOS E
CONFERINDO
A HISTÓRIA





DEFININDO TERMOS E CONFERINDO A HISTÓRIA

CIDADANIA

De um tempo para cá a **cidadania** “caiu na boca do povo”. Ela começou a fazer parte das conversas e dos interesses das pessoas comuns, dos políticos, dos empresários, dos líderes religiosos e passou a ser reivindicada por diferentes segmentos sociais.

A **cidadania** é um assunto muito importante e central para a igreja evangélica e para todas as pessoas que integram uma **nação**. Os indivíduos, as famílias, as organizações e as instituições sociais devem conhecer, lutar e praticar a **cidadania**.

As nossas igrejas evangélicas podem contribuir muito para a formação de

uma cultura cidadã e participativa, juntamente com a sociedade brasileira. A **cidadania** está diretamente relacionada à realidade do Reino de Deus na história. Daí o objetivo desta parte da Cartilha: contribuir para a maior consciência política dos evangélicos em nosso país.

Inicialmente vamos definir o que é **cidadania**. Em seguida, daremos um panorama histórico sobre como ela foi sendo formada no ocidente e no Brasil. Por fim, veremos como as igrejas evangélicas no Brasil tiveram participação cidadã em diferentes momentos da nossa história.

1 - O QUE É CIDADANIA?

Segundo o *Dicionário de Conceitos Históricos*, cidadania é “... um complexo de direitos e deveres atribuídos aos indivíduos que integram uma nação”.

Há, nesta definição, quatro palavras muito importantes. Cada uma delas possui sentidos específicos:

- **Direitos.** *Um conjunto de ordenamentos a serem usufruídos de*



natureza social e biológica, regulados pelo **Estado**.

Estado - Uma entidade composta de diversas instituições de caráter político e jurídico, governando sobre uma dada organização social. É a Nação politicamente organizada.

- **Deveres.** *Um conjunto de obrigações socialmente definidas por leis e costumes.*
- **Indivíduos.** *São as pessoas portadoras de direitos e deveres numa sociedade.*
- **Nação.** *Formada por uma população unida por língua(s), cultura(s) e território, constituída de leis e governada pelo Estado; é portadora de autonomia política e econômica reconhecida pelo conjunto das outras nações.*

A cidadania implica em direitos **políticos, sociais e civis**. Um **cidadão completo** é aquele que usufrui os três direitos de forma consciente. Um **cidadão incompleto** é aquele que possui apenas alguns desses direitos. Os **não cidadãos** são aqueles que não possuem nenhum desses direitos.

As três modalidades de direitos precisam ser articuladas em conjunto. É possível existir um sem o outro, mas a cidadania plena inclui o exercício dos direitos políticos, sociais e civis. No Brasil, a cidadania plena está sendo usufruída por apenas uma parcela da população, pois somos uma sociedade muito desigual ainda.

Mas, o que são estes **direitos**?

Os **direitos civis** são aqueles fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Com eles você pode ir e vir, escolher profissão, opinar livremente, organizar-se, ter o seu lar inviolado e ter direito a defesa pública. Sua base é a liberdade individual.

Os **direitos políticos** dizem respeito à nossa participação no governo da sociedade. Com eles podemos votar e ser votados, organizar partidos e manifestar ações políticas. Em nossa sociedade democrática isto se dá de forma representativa por meio de instituições como o Congresso. Sua base está na ideia de autogoverno.



Os *direitos sociais* garantem a nossa participação na distribuição da riqueza produzida coletivamente. Eles incluem a educação, o trabalho, o salário justo, a saúde, a aposentadoria, a moradia. Sua base é a justiça social.

A partir destas noções sobre os direitos podemos chegar a três afirmações:

- *Os direitos políticos são a base para a conquista dos demais direitos, os sociais e os civis.*
- *A prática cotidiana da cidadania serve para garantir, ampliar e viver todos os direitos.*
- *A cidadania está ligada à participação social e política consciente.*

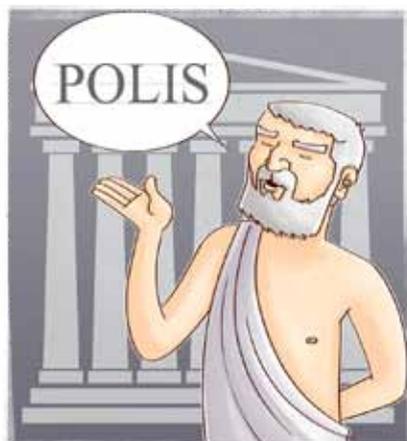
A cidadania, entretanto, vai sendo construída por homens e mulheres que querem transformar uma dada realidade por meio da ampliação de direitos e deveres comuns. E os atores ou sujeitos desta ação são as pessoas que a fazem acontecer, independente de raça, religião, sexo e classe social.

Os deveres incluem o respeito pelo outro, o pagamento de impostos, o voto, o zelo pelo patrimônio público, a defesa dos interesses públicos e o respeito aos símbolos e às instituições nacionais.

Portanto, você, caro(a) leitor(a), é um cidadão político detentor de direitos e de deveres!

2 - A CIDADANIA NA HISTÓRIA: OS CAMINHOS CONTRADITÓRIOS

Foi na antiga Grécia que se desenvolveu primeiro o sentido de **cidadania**. Isto se deu a partir da ideia do indivíduo que vive na *cidade* (a *polis*). O *homem* foi concebido como um “animal político”, pois atua na *polis*; daí, segundo Aristóteles, todos serem *cidadãos políticos*.



Da mesma forma, em Roma, a relação entre **cidadania** e cidade foi central. Porém, nestes dois impérios a cidadania foi algo contraditório e excludente, pois somente uma minoria possuía privilégios. Os escravos, as mulheres e os estrangeiros eram explorados e não possuíam direitos.

Séculos depois, as chamadas *Revoluções Burguesas* (a *Independência dos EUA* em 1776 e a *Revolução Francesa* em 1789) contribuíram para a moderna concepção de **cidadania**. As ações, os princípios e os documentos produzidos por estas revoluções



1948 na **Declaração Universal dos Direitos do Homem**:

“todos os homens nascem e permanecem livres e iguais e têm direito à vida, à felicidade e à liberdade, e de que um governo só será legítimo enquanto garantir esses direitos naturais.”

trouxeram mudanças em todo o mundo da época, inclusive no Brasil. No entanto, apesar disso, a **cidadania** foi uma conquista que permaneceu ainda excludente aos escravos, às mulheres, aos indígenas, aos analfabetos e aos pobres.

Uma das ideias era a de que a **cidadania** alcançaria todas as pessoas portadoras de *direitos naturais*. Mas isto foi só na teoria, pois estes direitos foram garantidos somente às elites ricas. As promessas da *liberdade*, da *fraternidade* e da *igualdade* não foram cumpridas plenamente, até os nossos dias. No entanto, foram os trabalhadores organizados que lutaram pela conquista dos direitos e da igualdade, por meio dos sindicatos e dos movimentos sociais reivindicadores de *justiça social*.

Os princípios *liberais* que sustentaram essas revoluções foram reorganizados e ratificados pela ONU (Organização das Nações Unidas) em

A cidadania hoje se apresenta como um processo de inclusão de todas as pessoas com seus direitos políticos, sociais e civis. Ela abrange as minorias organizadas numa dada sociedade, as quais recebem o estatuto de dignidade e representatividade perante o Estado e a sociedade.

3 - A CIDADANIA NO BRASIL: OS CAMINHOS TORTUOSOS

A história da cidadania no Brasil é uma história de lutas e de conquistas por parte da população, de lideranças populares e políticas, muitas vezes por meio da violência. A cidadania tem seguido por caminhos tortuosos!

Para facilitar a nossa compreensão, vamos dividir a nossa história em diferentes períodos, em relação à cidadania:

3.1 A CIDADANIA INEXISTENTE (1500-1822).

Neste período da colônia não houve *cidadãos* e nem ideia de pátria. Somente os homens brancos de renda tinham privilégios, os chamados *homens bons*. Daí o domínio do poder

privado ligado à coroa portuguesa em seus interesses comerciais. O **latifúndio** e a **escravidão** foram marcantes e com consequências até hoje. A escravidão de negros e de indígenas foi o fator mais destruidor da possibilidade de cidadania. Não existiu uma sociedade política, a população não possuía direitos políticos nem civis, muito pouco os sociais.

Latifúndio – Uma grande extensão de terra concentrada e explorada visando o benefício de poucas pessoas; uma forma de propriedade privada da terra que gera conflitos e pobreza.

Escravidão – O modo de exploração de uma classe sobre outra classe de pessoas, formando um sistema social baseado nesta exploração, reproduzida pelo comércio ou reprodução natural.



cabresto, o **coronelismo**, a descentralização política e a repressão do estado - agora laico - aos movimentos sociais contrastaram com a pressão dos centros urbanos, as greves dos trabalhadores, os protestos e as revoltas sociais.

Coronelismo – Forma de domínio político regional centralizado em um líder (coronel) que reproduz seu poder por meio da força, da influência, do compadrio e da compra de votos ou do voto de cabresto.

3.2 A CIDADANIA EXCLUDENTE (1822-1930: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA).

Neste período de 108 anos, inicialmente ampliou-se a participação popular durante a vigência do Império (1822-1889). No entanto, estavam excluídos dos direitos políticos os escravos, os indígenas, as mulheres, os analfabetos e os pobres em geral. Somente os cidadãos qualificados podiam votar, por exemplo. Proclamada a *república* (1889) e com a abolição da escravidão (1888), todos foram colocados no patamar de cidadãos políticos, mas o usufruto da cidadania ficou restrito a poucos. O voto de

3.3 A CIDADANIA EM CONFLITO (1930-1964).

Neste período a cidadania contou com avanços nos direitos, mas como uma concessão mais do que uma conquista da sociedade. No governo autoritário de Getúlio Vargas (1930-1945) ocorreu a remodelação do Estado, da legislação trabalhista e previdenciária e do novo código eleitoral, que incluiu o direito de voto às mulheres. Na

redemocratização (1945-1964) tivemos a abertura democrática em meio a tentativas de golpes, a existência de partidos políticos e a organização sindical autônoma dos trabalhadores. A instabilidade política e o crescimento econômico criaram conflitos com a mobilização popular que culminou com a luta pelas reformas de base (direitos sociais).

3.4 A CIDADANIA REPRIMIDA (1964-1985).

O golpe militar de 1964, que ocorreu com o apoio de parte da sociedade civil, trouxe a repressão aos direitos políticos e civis dos cidadãos. E isto se deu por meio da tortura, das perseguições, das mortes, dos desaparecimentos e do exílio. O regime do medo imposto pelos Atos Institucionais cortou o processo de crescente mobilização e organização da sociedade. Uma geração foi privada da liberdade de expressão e de pensamento, aumentando o fosso entre estado e sociedade, entre governo e população. Direitos sociais como moradia, educação e saúde foram

ampliados, mas não com qualidade. A concentração de renda, a corrupção e as desigualdades sociais aumentaram num país que já era injusto.

3.5 A CIDADANIA INACABADA (1986-2014).

A abertura democrática na chamada Nova República se deu com a constituinte de 1986 e a promulgação da *Constituição Cidadã* de 1988. Esta carta é considerada a mais ampla, democrática e garantidora dos direitos e dos deveres dos cidadãos. Ela responsabiliza o Estado por prover para a população seus direitos básicos para a vida. A campanha e a realização das eleições diretas em 1989, junto com o *impeachment* do presidente eleito, Fernando Collor de Melo, demonstraram que a sociedade brasileira avançara na conquista pela cidadania política. Entretanto, trata-se de um percurso inacabado, pois os direitos sociais não correspondem ainda à conquista dos direitos políticos e civis.





O Brasil experimenta um período histórico que se caracteriza pela vigência das instituições democráticas e republicanas. Muitas conquistas sociais se deram recentemente, como o reconhecimento e a legitimidade dos movimentos e das minorias sociais. O movimento negro, por exemplo, tem recolocado à sociedade as injustiças e as mazelas deixadas pelo exílio de africanos e pela prática da escravidão no Brasil.

Mas as instituições democráticas ainda funcionam sob a suspeita da sociedade civil em relação às práticas da corrupção e da manutenção dos privilégios da classe política. As manifestações de junho de 2013

recolocaram temas sociais e políticos sob a pressão das ruas, apontando para a tarefa inacabada da construção da cidadania pela presente geração.

3.6 OS PROTESTANTES EVANGÉLICOS E A CIDADANIA NO BRASIL

Ao contrário do que possa parecer, os protestantes evangélicos tiveram participações importantes na construção da cidadania no Brasil.

Os protestantes inicialmente chegaram ao Brasil como conquistadores de terras e de riquezas nativas, com finalidades comerciais. Franceses **huguenotes** invadiram a baía de

Guanabara no Rio de Janeiro (1555) e também a ilha de Upaon Açu, depois batizada São Luís do Maranhão (1612). Os

holandeses reformados invadiram Bahia, Pernambuco e Maranhão, e ocuparam Recife (1630-1654). No Recife, configurou-se uma sociedade tolerante em termos de religião, com certa liberdade nos termos da época, mas a prática da escravidão não foi questionada.

No século XIX chegaram imigrantes alemães luteranos que criaram templos e escolas, povoando as fronteiras do Centro sul do país. Depois vieram missionários europeus e norte-americanos que distribuíram bíblias e literatura evangélica, fundaram igrejas,

Huguenotes –
Protestantes
calvinistas
franceses
dos séculos
XVI-XVII.

escolas e outras organizações. Muitos destes missionários foram também reformadores sociais, críticos à aliança entre o estado imperial e a Igreja Católica, defensores da liberdade religiosa, da república e do **estado laico**.

Estado laico – Significa o Estado separado de qualquer religião ou igreja, regendo-se pela ordenação jurídica e política secular.

Denunciaram a escravidão dos negros como prática anticristã e desumana.

Na república, os protestantes evangélicos lutaram pela educação laica e pela alfabetização da população, defenderam o voto universal para os analfabetos e as mulheres. Contribuíram com a liberdade de pensamento e de expressão e no debate sobre o divórcio. Muitos se engajaram em partidos políticos e em lutas sociais. Foi significativa a participação de pentecostais nas lutas pela reforma agrária no Nordeste, como líderes de sindicatos rurais e das ligas camponesas.

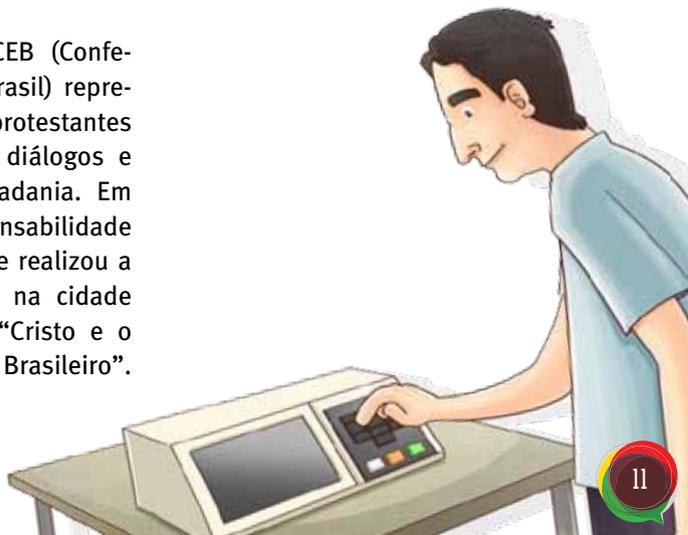
Entre 1934 e 1964, a CEB (Confederação Evangélica do Brasil) representou a unidade dos protestantes e desenvolveu esforços, diálogos e ações em direção à cidadania. Em 1962, o Setor de Responsabilidade Social da CEB organizou e realizou a *Conferência do Nordeste* na cidade do Recife, com o tema “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”.

No período da ditadura militar, pastores, lideranças jovens e intelectuais participaram da resistência ao regime, na luta pelos direitos humanos e pela **democracia**.

Democracia – Forma de governo baseada na escolha dos governantes pelo povo.

O sentido de mobilização e de voluntarismo encontrado nas igrejas evangélicas é um fator de cidadania. A tradição protestante de protestar, debater e questionar a partir do livre exame das Escrituras e do **sacerdócio universal dos santos** ajudou de alguma forma para a democracia no Brasil. As igrejas ou denominações que se organizam em regimes democráticos representativos de certa forma praticam em algum nível a democracia e a cidadania.

Sacerdócio Universal dos Santos – Doutrina protestante reformada que afirma serem todos os cristãos sacerdotes, estabelecendo a igualdade diante de Deus e no serviço.

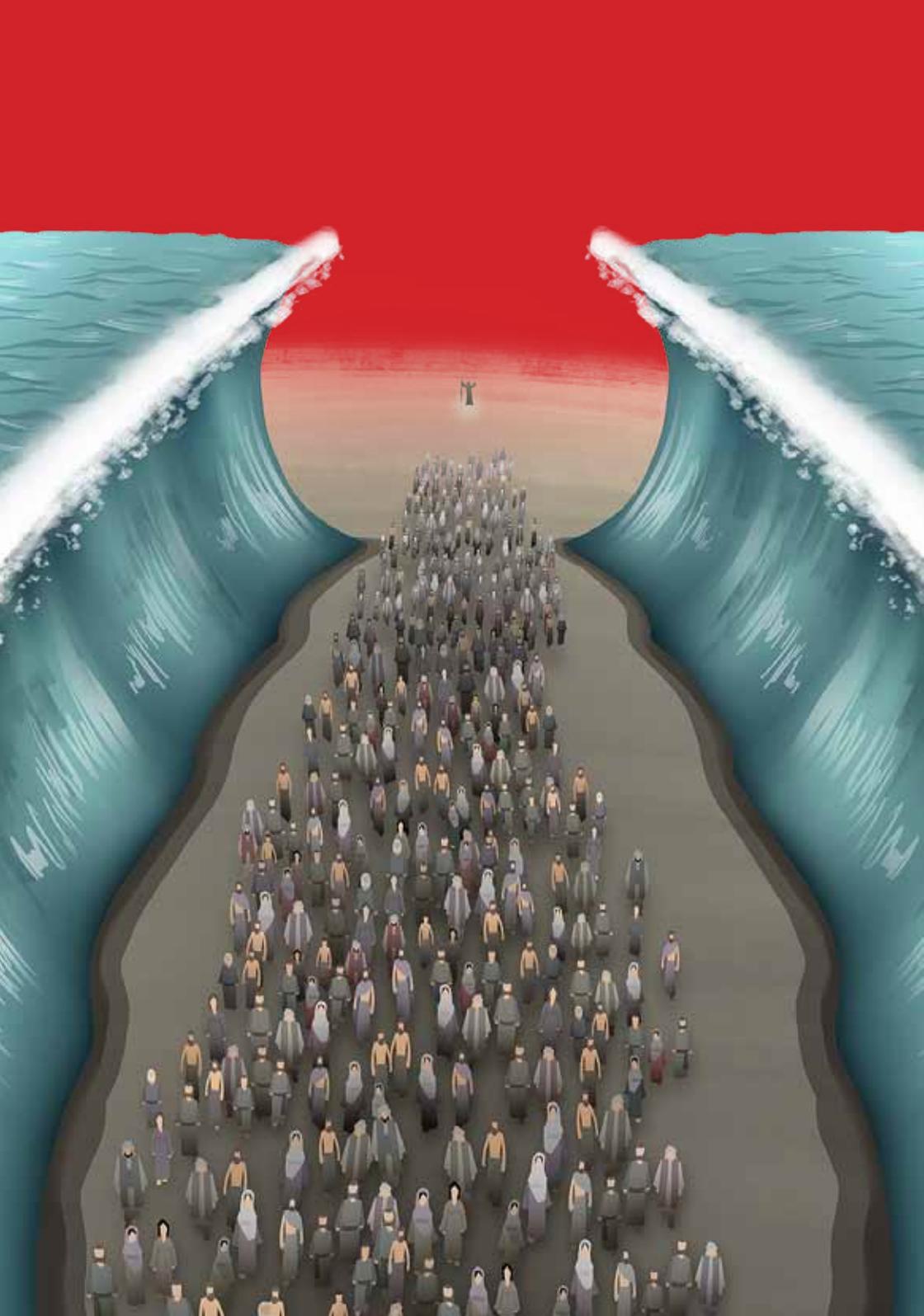


MATERIAL PARA DISCUSSÃO:

+ DEFININDO TERMOS E CONFERINDO A HISTÓRIA

Roda de Conversa:

- *Refleta com o seu grupo acerca da importância de a igreja brasileira conhecer o seu passado quando se trata de uma contribuição cidadã no presente e no futuro.*
- *Olhando para a sua história pessoal (e de sua comunidade de fé), como você avalia o seu compromisso com a 'cidadania' até o presente momento?*
- *Seria bem interessante que o grupo fizesse uma pesquisa sobre episódios e/ou textos do passado (talvez ocorridos em sua própria cidade ou região) que têm conexão direta com a construção da cidadania brasileira, especialmente se esses materiais trouxerem mais luz sobre a participação da igreja evangélica nesse processo. Isso poderia ser apresentado para todo o grupo numa espécie de 'exposição'.*



PARTE 2

O POVO DE DEUS E
A PARTICIPAÇÃO
CIDADÃ: UM BREVE
PANORAMA BÍBLICO



O POVO DE DEUS E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: UM BREVE PANORAMA BÍBLICO

O COMEÇO DA HISTÓRIA – O ponto de partida para analisar o início da história cristã é a criação descrita pela narrativa bíblica. Pensando sobre o texto que trata da criação, Deus preparou o ser humano para se ocupar com o trabalho de preservar o mundo ao seu redor. Para cumprir com seu propósito inicial, Deus colocou Adão no Jardim do Éden e ordenou que ele deveria “o cultivar e o guardar” (Gn 2:15). Esse era o plano original de Deus. Ele também havia estabelecido que Adão nomeasse todos os animais, aves e répteis (Gn 2:20). Além disso, foi-lhes dito “*sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a*” (Gn 1:26-28). Ainda não havia acontecido o pecado da incredulidade e da desobediência (Gn 3), mas o ser humano já era respon-

sável pelo cuidado do jardim. Isso é o que chamamos de Mandato Cultural: a responsabilidade ética diante de Deus e da criação. Desse modo, deve-se entender que o princípio do cuidado para com o mundo criado por Deus, incluindo a terra, as plantas, os animais e as pessoas, não é, de modo algum, uma invenção humana nem tampouco moderna. É o resultado do planejamento de Deus a respeito da criação.

É muito comum ouvir a expressão: “crente não quer saber das coisas do mundo, pois ele é ‘apenas’ cidadão do céu”. Percebe-se logo que esta é uma tentativa de aplicação de dois versículos da Bíblia: “*Na verdade, não temos aqui cidade permanente, mas buscamos a que há de vir.*” (Hb 13:14)

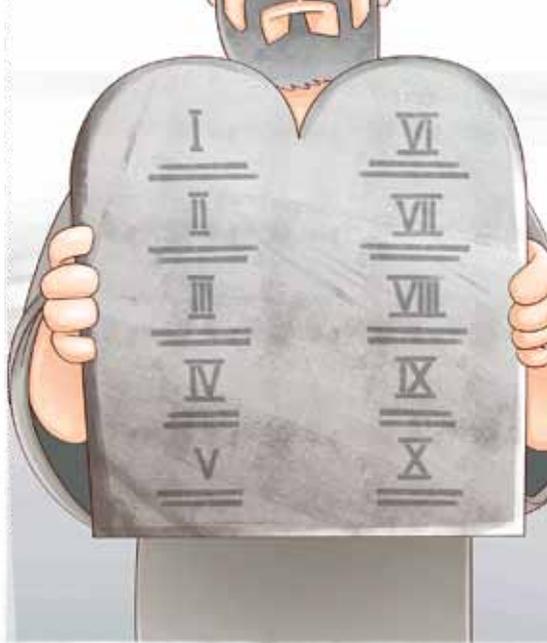


e “a nossa pátria está nos céus” (Fp 3:20). No entanto, o que estes versículos enfatizam é o caráter transitório da vida neste mundo. Mas será que por causa disso vamos deixar um mundo pior e mais difícil para nossos filhos e filhas? Os que assim procedem têm o mesmo espírito de Caim: “Acaso sou eu tutor de meu irmão?” (Gn 4:9). Esta é uma pergunta cínica, pois é exatamente isso que Caim e todos nós deveríamos ser: cuidadores e cuidadoras dos nossos irmãos e irmãs.

Infelizmente, o que se tem presenciado atualmente é uma certa omissão da Igreja e dos cristãos, de um modo geral, fugindo do seu compromisso coletivo e priorizando uma ética individualista, competitiva, que visa apenas seus próprios interesses, deixando de valorizar as necessidades dos irmãos.

O apóstolo Paulo nos adverte: “*Não tenha cada um em vista o que é propriamente seu, senão também cada qual o que é dos outros*” (Fp 2:4). Tiago também afirma em sua epístola que nada temos porque as nossas orações são feitas de maneira egoísta:

“Cobiçais, e nada tendes; matais, e invejais, e nada podeis obter; viveis a lutar e a fazer guerras. Nada tendes, porque não pedis; pedis e não recebeis, porque pedis mal, para esbanjardes em vossos prazeres” (Tg 4:2-3). O pecado da cobiça pode entrar na oração? Sim, isso acontece



a cada vez que pedimos para nossos próprios interesses.

ANTIGO TESTAMENTO – No Antigo Testamento encontramos a formulação de uma ética para responder ao dilema dos excluídos e necessitados. Deus elege quatro categorias sociais que deveriam receber de Israel um cuidado especial: o pobre, a viúva, o órfão e o estrangeiro (Dt 10:17-18). Estes são as bases do interesse de Deus. Ele cuida, evidentemente, de todos; os excluídos, porém, recebem da parte dele carinho e atenção especiais. Ele mesmo assume o lugar deles, o que se evidencia plenamente através da Encarnação. Negligenciar esse compromisso implicaria no fato de Deus deixar de responder às orações e recusar o culto oferecido pelo seu povo (Am 5:21-24).



JOSÉ DO EGITO – (Gênesis 37 a 50). Na pessoa de José do Egito encontramos um exemplo a ser seguido; a história de como um servo de Deus pode e deve se envolver no cuidado do bem comum, participando das causas humanitárias. José chega ao Egito como escravo e é alçado ao posto de capataz de Potifar. Caluniado, desce para a prisão, onde se torna o encarregado dos prisioneiros e fica conhecido como uma espécie de intérprete de sonhos dos seus companheiros de prisão. Sabedor do que irá acontecer ao povo do Egito, é chamado para explicar o significado do sonho do faraó: sete vacas gordas seriam sete anos de fartura na colheita agrícola, mas as sete vacas magras seriam sete anos de seca e fome em toda a terra do Egito e circunvizinhança. Ele aconselha ao faraó que escolha um homem trabalhador e honesto o suficiente para orientar no plantio, colheita e

armazenamento dos grãos durante os sete anos de fartura, a fim de suportar os sete anos de estiagem. O faraó entende que não poderia encontrar homem mais qualificado que o próprio José e o nomeia governador (uma espécie de ministro de agricultura e planejamento) para todo o país. Assim aconteceram os dois períodos de sete anos, tal como previra José, mas o Egito foi salvo da grande fome e ainda teve grãos suficientes para vender aos povos vizinhos. E a própria família de José acabou chegando ao Egito para comprar comida e caiu nas graças do faraó, ganhando uma fazenda para abrigar Jacó, seus filhos, noras, netos e netas.

Temos aqui o modelo de um estrangeiro que soube aproveitar a oportunidade para fazer o bem na administração pública.

Onde José esteve, sua liderança foi destacada:

- 1) Entre os escravos, foi o capataz;
- 2) Na casa de Potifar, foi o administrador;
- 3) Entre os prisioneiros, tornou-se carcereiro;
- 4) Quando chegou ao governo do Egito, salvou o mundo de uma grande fome.

José não fugiu do seu chamado à liderança. Calvino dizia que “não se

deve pôr em dúvida que o poder civil é uma vocação, não somente santa e legítima diante de Deus, mas também mui sacrossanta e honrosa entre todas as vocações”. Alguém disse que a diferença entre aqueles que gostam de política e aqueles que não gostam é o fato de que aqueles que não gostam serão governados por aqueles que gostam.

MOISÉS E JOSUÉ – A seguir, temos o exemplo de Moisés, o hebreu “edu-

cado em toda a ciência dos egípcios” (At 7:22), a quem Deus preparou para libertar o povo que se formou a partir da família de José, uma vez que depois de sua morte se levantou “*um outro rei, que não conhecia José”* (At 7:18) e começou a escravizar o trabalho do povo hebreu. É neste contexto que surge Moisés. Ele vê o seu povo sofrendo durante 40 anos. Resolve realizar alguns atos de “justiça”, mas é descoberto. Foge para o deserto de Midiã e lá fica durante outros 40 anos. Até que Deus o chama (Êx 3) e o faz descer à terra do Egito para conduzir o seu povo à liberdade. Com muitas e ousadas lutas, debaixo da vocação divina, Moisés combateu com o faraó até que o povo foi liberado e atravessou o Mar Vermelho. Moisés esteve com o povo no deserto durante mais 40 anos, até se despedir deles às margens do rio Jordão e passar a liderança para seu jovem sucessor Josué.

Durante todo o período no deserto, Moisés foi o responsável pela organização das leis dadas por Deus para o Seu povo. Ele é considerado um dos maiores **legisladores** da história das civilizações, bem como um dos principais mobilizadores populares da antiguidade. Claro que tudo isso só poderia acontecer sob um forte componente da fé no Deus verdadeiro e libertador.

Legisladores – Aqueles que fazem as leis.



Após sua morte, Josué assumiu a liderança e conduziu o povo pela travessia do Jordão até a Terra Prometida. Tudo que precisou fazer foi seguir à risca as orientações do seu antecessor (Js 1:8). Foi um líder notável para o povo de Deus. Estes dois nomes representam as mais importantes lideranças das tribos de Israel. Após eles, surgem grandes nomes de líderes (os juízes) até a instauração

Monarquia – Governo de uma única pessoa. Israel conhece esta forma de governo a partir de Saul.

da **monarquia**, com Saul, passando por Davi e Salomão, dois reis que marcaram o apogeu deste regime de governo sobre Israel. Estes

períodos parecem uma montanha russa moral, pois a nação viveria entre a fidelidade a Deus e as suas experiências com idolatrias. Por não ouvir as advertências dos profetas, Deus mandaria Israel para viver em cativeiro na Babilônia. Mas mesmo nestes tempos não faltariam líderes para animar o povo.

LÍDERES DO EXÍLIO – Outro homem de Deus que muito bem serviu ao governo, mesmo que em terras estranhas, foi Daniel. A exemplo de José do Egito, ele também sabia interpretar sonhos. Seu envolvimento com o governo - no qual se manteve a duras penas, sob forte perseguição dos inimigos do povo de Deus, resistindo até mesmo ao rei ao recusar curvar-se diante de um ídolo, sendo por isso lançado na



cova dos leões - resultou num forte testemunho de resistência contra a idolatria, influenciando no retorno de Judá às terras de Israel e o reforço do culto monoteísta. Seu trabalho serviu de base para a reconstrução da cidade de Jerusalém, bem como da reconstrução do templo, sob a liderança do sacerdote Esdras e também de Neemias, o governador. Foi por cerca deste tempo que viveram e profetizaram Ageu e Malaquias, importantes profetas da reconstrução de Judá, ao retornar do **exílio babilônico-pérsico**.

Exílio babilônico-pérsico – Considerado o período em que Judá foi levado como cativo para a Babilônia com a subsequente conquista da Babilônia pela Pérsia. Judá, que já estava no cativeiro babilônico, tornou-se também cativo da Pérsia.

NOVO TESTAMENTO – Também o Novo Testamento trará nomes de líderes importantes, mesmo que não estejam designados para o governo de uma cidade específica (como era

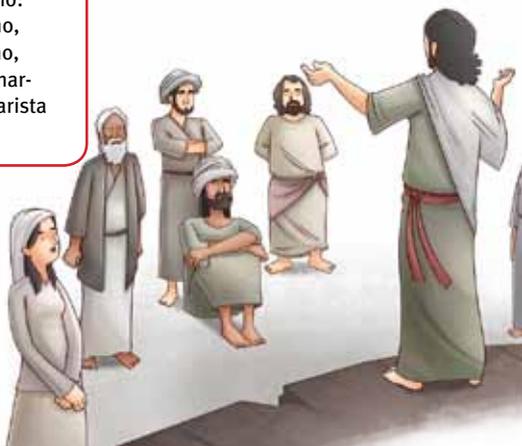
no Antigo Testamento), dado o caráter abrangente e universal da igreja, ultrapassando os limites geográficos dos países. A partir da referência máxima da pessoa de Jesus Cristo, vários outros exemplos de lideranças vão surgir. Pessoas que, conquanto não tivessem a intenção ou a pretensão de assumir posições de poder político, sugerem em seu comportamento uma atitude de engajamento com o seu tempo, posicionando-se sempre de maneira honesta e coerente com o governo de Deus sobre todas as coisas. Convém dizer que a Bíblia não sacraliza nenhum **modelo de governo**, seja ele tribal, monárquico ou democrático, nem qualquer **modelo de produção**, seja **asiático, feudal, socialista ou capitalista**. Qualquer deles será apenas uma produção social e humana. O que a Bíblia preconiza é o Reino de Deus, no qual brotará a justiça, a verdade, a

partilha, a harmonia e a fraternidade. Tudo isso será possível porque Deus será o Rei sobre todo o mundo.

JESUS CRISTO – Ele veio pregando o **Reino de Deus** (Mc 1:14). Sua missão foi revelar ao mundo a vontade de Deus, anunciando o perdão e a reconciliação. Viveu voltado para os mais

Modelo de governo – Em Ciência Política e Sociologia é chamado Modo de Governo. É a maneira como uma sociedade escolhe forma de governo: presidencialismo, parlamentarismo, monarquia, monarquia parlamentarista etc.

Reino de Deus – O governo de Deus sobre todas as coisas. Já inaugurado (no presente); ainda não totalmente manifesto (como será no futuro).



Modelo de produção – Em Ciência Política e Sociologia é chamado Modo de Produção. A maneira pela qual uma sociedade organiza seu sistema de produção e distribuição de bens de consumo.

O Modelo de Produção Asiático é identificado em grandes obras sob o comando de grandes impérios e reinados da antiguidade (pirâmides do Egito, por exemplo).

O Modelo de Produção Feudal está ligado ao mundo pré-moderno. O feudo (grande extensão de terra) pertencia a um senhor

(rei ou alguém ligado a ele) que arrecadava impostos dos seus vassalos (súditos).

O Modelo de Produção Capitalista é organizado em torno da posse do capital = dinheiro e regido pela livre iniciativa do mercado. Os donos do dinheiro são também os donos dos meios de produção: máquinas, matéria-prima, espaço físico.

O Modelo de Produção Socialista é organizado e regulado pelo Estado que coordena a produção e a distribuição dos bens entre seus cidadãos.

pobres e necessitados do seu povo, comendo e bebendo com pecadores, **publicanos**, mulheres e crianças – todos eles, gente sem valor algum no tempo de Jesus. Mas também o vemos visitando (desde que solicitado) pessoas ricas e chefes religiosos, como foi com Nicodemos, doutor da lei (Jo 3), e também alguns **fariseus**, como Simão (Lc 7:36) e outro fariseu (Lc 11:37).

Publicanos – Eram judeus que serviam a Roma como cobradores de impostos de outros judeus. Eram considerados colaboracionistas do invasor e inimigo do povo de Deus.

É importante destacar que nos dias de Jesus a Palestina vivia sob o poderio do

Fariseus – Partido religioso judaico. Seus integrantes se consideravam “puros”. Jesus disse que a doutrina deles era boa, mas a prática não valia nada (Mt 23:3). Entre eles havia muitos doutores da Lei. Paulo foi fariseu.

império romano. Havia grande expectativa de libertação. Esperava-se o Messias, aquele que viria para tomar o reino de César à espada e entregá-lo aos

filhos de Israel (que por este tempo já eram chamados de judeus). No entanto, o que eles veem em Jesus é um homem simples, pacífico, que ensina o povo a amar e perdoar seus inimigos... Desse modo, Israel rejeita o ensino de Jesus, porque não queria saber de amar e perdoar os romanos; seus opressores e maiores inimigos.

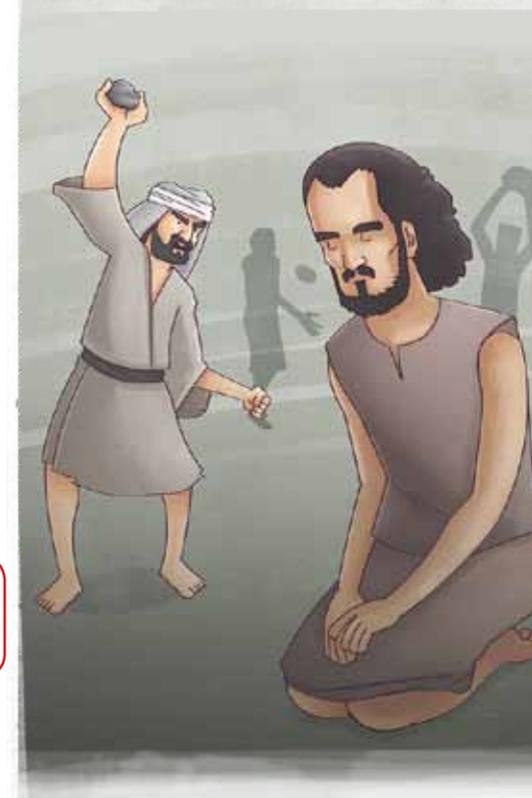
Mas por que, então, alguns afirmam hoje que o Senhor Jesus Cristo fez uma resistência pacífica ao império romano? Quando ele disse que se deveria “dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César” isso causou um problema, pois César era tido como o único deus deste mundo, a quem tudo pertencia. Jesus causa repulsa tanto nos judeus, para quem tudo pertencia a Deus, quanto nos romanos, para quem tudo era de César.



Desse modo, o Senhor Jesus certamente estaria preconizando a clássica divisão entre Estado (César) e Igreja (Deus). Se isso estiver correto, então podemos admitir que algumas coisas pertencem à esfera temporal (das coisas humanas) e outras à esfera espiritual (das coisas de Deus), embora não possamos desconhecer que tudo pertence a Deus (Sl 24:1), pelo direito de criação (Gn 1.1) e pelo direito de governo (Sl 93:1; 97:1; 99:1).

ESTÊVÃO – Ele ficou conhecido como o primeiro **mártir** do Cristianismo, pois preferiu enfrentar a morte a negar sua fé em Nosso Senhor Jesus Cristo. A maneira como se deu a sua morte foi por demais violenta. Estevão foi julgado e lapidado (apedrejado) perante o *Sinédrio*, que era a suprema corte judicial dos judeus. Ora, ao Sinédrio cabia um indicativo de julgamento, mas não de condenação e execução (Jo 18:31). A execução da pena capital era de exclusividade do poderio político de Roma, que a ninguém condenava sem a presença dos acusadores, dando o direito de defesa ao acusado (At 25:16). O Sinédrio era composto por 71 homens, presididos pelo sumo sacerdote. Sua composição mista entre **clérigos** e **leigos** era mais conhecida como o conselho dos “principais sacerdotes” e “anciãos do povo” (Mt 26:47). Certa vez eles conduziram Jesus, de forma irregular (pois era

Mártir – Aquele que dá sua vida por uma causa.



noite), para ser ouvido “na casa do sumo sacerdote Caifás, o sumo sacerdote, onde se haviam reunido os escribas e os anciãos” (Mt 26:57). Podiam solicitar a guarda policial quando bem desejassem, como ocorreu na prisão (Mt 26:47) e na vigília do túmulo de Jesus (Mt 27:64-65).

No entanto, no caso de Estevão, regras rígidas foram infringidas e ele foi apedrejado diante do Sinédrio (At 6:12; 7:1, 57-60). O que temos aqui é um flagrante desrespeito aos direitos

Clérigos – Os que são ordenados e se tornam responsáveis pela organização do culto, pelo ensino da doutrina.

Leigos – Os fiéis que não são ordenados.

da pessoa; uma quebra da lei romana: o Sinédrio não tinha autoridade para aplicar a pena de morte! Estêvão foi vítima de abuso do poder. Aqui, o poder religioso ocupa o lugar do poder político para exercer a vontade **corporativista** do Sinédrio. Assim, nós aprendemos que poder se articula em torno dos interesses **corporativos**, por mais escusos que sejam.

Corporativo e Corporativista – Que cuida dos interesses da corporação, do grupo.

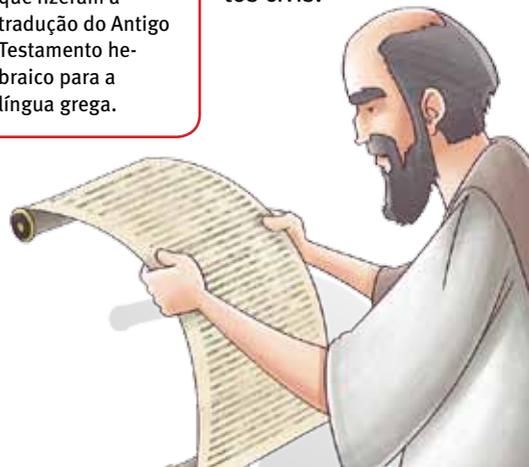
APÓSTOLO PAULO – Entre as testemunhas do assassinato de Estêvão estava um jovem chamado Saulo (At 7:58; 8:1). Ele era grande conhecedor do judaísmo, formado pelo farisaísmo, discípulo de Gamaliel, homem dos mais qualificados dentre os doutores da lei. Saulo de Tarso, que se tornou mais conhecido pela forma grega do seu nome, Paulo, foi o grande missionário para o avanço do Cristianismo fora dos termos de Jerusalém. Ele é o sistematizador das grandes doutrinas do Novo Testamento.

Imagina-se que este apóstolo falava e escrevia quatro línguas: o hebraico, pois era fariseu de formação, teólogo; o aramaico, a língua falada pelo povo nos dias de Jesus; o grego, que era a língua universal e a escrita da **Septuaginta** (muitas vezes descrita apenas como LXX, tradução grega do Antigo Testamento. Nas citações de suas Cartas, Paulo segue essa

tradução). Mas também supomos que ele soubesse falar e escrever o latim, já que ele tinha cidadania romana, por direito de nascimento (At 22:28b). Naquela época a cidadania podia ser comprada por um alto preço (At 22:28a). O apóstolo Paulo era judeu e *cidadão romano*. Não se deve concluir de imediato que sua mãe tivesse se casado com um gentio. Talvez sua cidadania viesse por parte do pai, ou até mesmo do avô, que a teriam adquirido por dinheiro. Seja como for, isso fez com que Paulo fosse cidadão romano de nascimento, o que o colocava em uma situação bastante privilegiada diante dos outros apóstolos. Como cidadão romano, ele poderia escolher a instância em que seria julgado; não poderia ser espancado e nem “algemado” pelos oficiais romanos (At 22:24-29) e tampouco ser crucificado. Este foi o homem escolhido por Deus para levar o evangelho aos gentios – um

cidadão bem preparado e conhecedor dos seus direitos civis.

Septuaginta ou **LXX** – Trabalho realizado por cerca de 70 homens que fizeram a tradução do Antigo Testamento hebraico para a língua grega.



Por isso, não vale a pena espiritualizar os textos paulinos, dizendo que a cidadania terrena seja algo sem importância para ele. Senão, por que ele teria apelado para César? Somente pela intenção de chegar e pregar o evangelho no poder central? Não nos parece a melhor interpretação. Ele está se valendo do seu direito como cidadão e pretende chegar até a alta instância do poder para fazer valer a sua cidadania. Ele é um exemplo de cidadão consciente.

Conclusão

Ao longo de toda a Escritura Sagrada encontramos o registro da ação de Deus, intervindo na história humana. Por vezes essa intervenção se dá de forma direta, mas, via de regra,

respeitando os processos históricos, os contextos políticos/sociais/religiosos, chamando o povo à cooperação protagonista para a transformação. O fio condutor do relato escriturístico é o legado de uma espiritualidade fundamentada na esperança da manifestação do Messias e, por fim, no pleno cumprimento da promessa de Deus em Cristo. Tudo isso oferece o pano de fundo para que homens e mulheres busquem pautar as suas vidas num seguimento humilde e perseverante que frutifique nos sacro-ofícios, os mais diversos, oferecidos em honra e glória ao Autor da fé. Jesus Cristo é, ele mesmo, o clímax da revelação de Deus. Em Cristo se originam todas as expressões da espiritualidade cristã que, de acordo com sua origem, serão sempre encarnadas.

MATERIAL PARA DISCUSSÃO:

+ O POVO DE DEUS E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: UM BREVE PANORAMA BÍBLICO

Roda de Conversa:

- *Quando se trata de engajamento para a transformação social, você se identifica, em alguma medida, com algum personagem bíblico?*
- *A Bíblia fala de vários 'grandes líderes' promovendo 'grandes realizações'. E aqueles que não ocupam posições de destaque ou liderança formal, será que podem influenciar para transformar? O que você pensa sobre isso?*
- *Escolha um personagem bíblico citado nesse capítulo, elabore e apresente uma pequena dramatização (não precisa ser uma super-produção) que coloque esse personagem vivendo em nossos dias e enfrentando situações que encontram alguma semelhança com os episódios vividos por ele em seus dias. Lembre-se, deverá ser uma obra de ficção.*



PASSEATA PELA

PARTE 3

PASTORAL À
IGREJA CIDADÃ





A igreja é a principal expressão da presença de Deus no mundo. Um povo santo, que celebra o Cristo ressurreto todas as vezes que congrega em comunidade, caminha pelas ruas da cidade, professa um ofício com dedicação e honra ou mesmo quando cuida da família com devoção. É povo formado por gente que deseja se parecer com Jesus.

1 - A DUPLA CIDADANIA

No Sermão do Monte o Senhor Jesus apresenta o significado de uma vida vivida debaixo da dinâmica do governo de Deus sobre todas as coisas. As bem-aventuranças sinalizam um modelo de

contracultura, onde o discípulo do Cristo é chamado ao protagonismo no reino dos homens, na medida em que se rende ao senhorio daquele cujo propósito na vida foi o serviço humilde, em cumprimento à vontade do Pai.

Servir em amor é o chamado para aqueles que escolheram seguir as pegadas do Mestre, sinalizando o Reino de Deus.

Contracultura - questionamento de valores predominantes em determinado tempo e lugar.

Protagonismo - qualidade de quem exerce papel de destaque em qualquer acontecimento.

1.1 POVO QUEBRANTADO

"Bem-aventurados os humildes de espírito, porque deles é o reino dos céus.

Bem-aventurados os que choram porque serão consolados." (Mt 5:3-4)

Os cidadãos do reino de Deus são aqueles que primeiro reconhecem a insuficiência dos esforços humanos como caminho de salvação (Ef 2:8). Os que entram no reino dos céus são aqueles que sabem não serem merecedores desse reino; são desprovidos de qualquer justiça própria; são humildes/pobres de espírito e, por isso, choram, quebrantados, o choro do arrependimento e da contrição. (2Cr 7:14)

1.2 POVO HUMILDE

"Bem-aventurados os mansos, porque herdarão a terra.

Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão fartos." (Mt 5:5-6)

Povo manso/humilde é povo que entende o seu lugar no mundo, debaixo do senhorio de Cristo. Suas bandeiras serão sempre as da entrega sacrificial em amor. É povo faminto e sedento pelo jeito de Deus de compreender e experimentar a vida. É povo comprometido com as causas da justiça restaurativa, desejoso por ver os valores do Reino sendo sinalizados sobre a terra (Mt 6:33).

1.3 POVO COMPASSIVO

"Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia.

Bem-aventurados os limpos de coração, porque verão a Deus.

Bem-aventurados os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus." (Mt 5:7-9)

O povo de Deus, cheio da graça de Deus, é povo generoso. É gente que vê gente pela ótica divina; que trata o seu próximo como criatura feita à imagem de Deus, e não como inimigo



em potencial. É gente promotora de paz – não a paz “ausência de guerra”, mas a *shalom*, a paz que promove bem-estar completo e qualidade de vida para a coletividade. Pacificadores são construtores de pontes num mundo de relações corrompidas. E então, dirão: ‘Lá vai um filho de Deus! Um pacificador!’

1.4 POVO PERSEGUIDO

"Bem-aventurados os perseguidos por causa da justiça, porque deles é o reino dos céus. Bem-aventurados sois quando, por minha causa, vos injuriarem, e vos perseguirem, e, mentindo, disserem todo mal contra vós. Regozijai-vos e exultai, porque é grande o vosso galardão nos céus; porque assim perseguiram aos profetas que viveram antes de vós." (Mt 5:10-12)

Não há garantias de segurança para quem escolhe o caminho do discípulo. Assim como o evangelho atrai a

tantos, a outros tantos ele repele. O caminho da cruz envolve arrependimento e renúncia da justiça própria; isso ofenderá a muitos. Dar consequência à fé atrairá reprimendas. A igreja cidadã compreende que o seu compromisso maior é com o eterno e não com o contingente. Ela sabe que o fim da história traz novos começos. A igreja cidadã é esperançosa e perseverante; sua fé no Cristo ressurreto não admite o desespero.

2) OS DESAFIOS DO NOSSO TEMPO

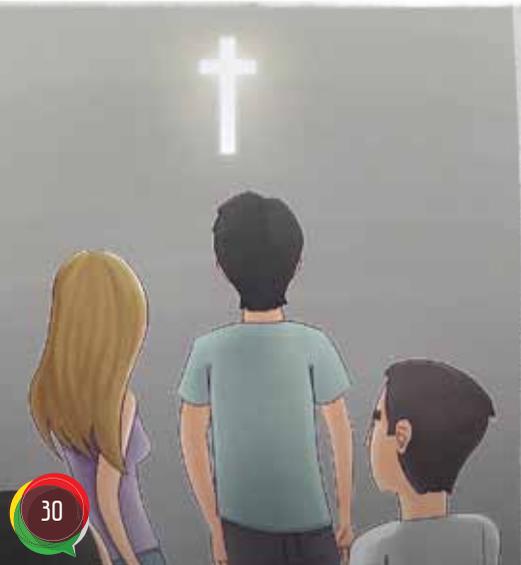
2.1 O DESAFIO DE CONHECER A REALIDADE

O mundo que se apresenta diante de nós é marcado pela secularização, a pluralidade religiosa e o relativismo ético. A igreja do Senhor Jesus, comprometida com a missão de Deus, deve buscar conhecer a realidade em que está inserida. Deve ouvir o clamor do mundo e prestar atenção nas dores, bem como nas flores. O povo de Deus é peregrino mas também é indígena, ou seja, da terra. Está de passagem, porém tem um compromisso com

Secularização - é um processo através do qual a religião perde a sua influência sobre variadas esferas da vida social.

Pluralidade religiosa - quando não há a predominância de determinada religião em determinada sociedade.

Relativismo ético - quando grupos sociais julgam o mesmo ato de maneira diferente.



a realidade como ela se apresenta. A igreja cidadã conhece o mundo em que vive porque é parte dele.

Ela se apresentará para o diálogo com os mais diversos setores da sociedade, buscando sempre espaços de aprendizado comum. O povo de Deus reconhece na pluralidade de manifestações culturais, científicas e religiosas, oportunidades potenciais para um serviço cristão que parta das reais necessidades de um mundo fraturado pela ação do mal.

2.2 O DESAFIO DE DISCERNIR A REALIDADE

O discernimento é a distinção das partes dentro do todo. A igreja cidadã saberá ter objetividade em relação às necessidades reais do mundo em que vive. Lucidez é essa capaci-

dade de avaliar com inteligência as **conjunturas**, nas suas dinâmicas de vida e de morte. Discernir a realidade é fazer uma aproximação crítica, atenta ao controle e à manipulação da grande mídia e de outros poderes, buscando sempre entender o porquê de as coisas serem como são. Quais são as causas? Será que poderia ser diferente? O Espírito Santo guiará a Igreja nesse entendimento.

Conjuntura
- conjunto de determinados acontecimentos num dado momento histórico.

2.3 O DESAFIO DE INTERCEDER PELA REALIDADE

O povo de Deus é chamado a interceder não somente pelas causas particulares, de interesse individual. É preciso um posicionamento sério de oração pelas causas coletivas, pelas questões que envolvem a cidade, a nação e o mundo. Cremos em um Deus que pode transformar realidades. Por isso, é preciso compromisso intencional de intercessão pelo mundo, pela nossa gente, estar atento às questões que envolvem as grandes estruturas para a vida em sociedade. A igreja deve orar pela libertação de grupos oprimidos, pela saída dos homens maus dos lugares de poder, pela consolidação e garantia dos espaços democráticos de expressão. Estas são algumas causas comuns que podem ser somadas a outras para a prática de intercessão consistente.



2.4 O DESAFIO DE INTERVIR NA REALIDADE

Todo cristão precisa dar a sua contribuição de intervenção na realidade. Essa contribuição responde à pergunta ‘O que me cabe fazer?’.

É hora de lançarmos mão dos nossos talentos naturais, vocações profissionais, senso de cidadania, colocando tudo isso como meio de afirmação dos direitos naturais e dos valores do Reino de Deus. A igreja brasileira constrói a sua identidade por afirmação e não somente por antagonismo. Nós não somos salvos pelas obras, mas elas foram preparadas por Deus para que andássemos nelas (Ef 2:10). É dessa forma que a igreja intervirá propositivamente na realidade social.

O Brasil é, notadamente, uma nação religiosa. Nem sempre o Estado anda em compasso com os anseios da Nação. A igreja se posiciona, no espírito de Cristo, através das causas que são legitimadas pelos valores do Reino de Deus. Essa contribuição

poderá se dar na arena das lutas da sociedade civil, na arena de participação em processos políticos formais e nos ambientes institucionais da igreja. O exercício de uma cidadania responsável é um conceito de santidade cristã.

3. AS IGREJAS ENTRE A CIDADANIA E O REINO DE DEUS: OS TESTEMUNHOS E OS SINAIAS

As igrejas são um grande agente de transformação social e política. Os valores do Reino de Deus que motivam a igreja e a esperança da consumação deste Reino a tornam um importante agente de justiça social. Ela pertence tanto ao Reino como à cidadania social e política. Daí que ser uma igreja cidadã significa construir o Reino de Deus por meio das ações cidadãs em seu contexto, tempo e lugar.

Conforme já vimos antes, a cidadania plena inclui os direitos civis, sociais e políticos. As ações das igrejas na sociedade e ante o Estado devem priorizar estes direitos para todos os cidadãos, por meio das ações sociais





e políticas, com uma participação política consciente.

3.1 IGREJAS E AS AÇÕES SOCIAIS

As igrejas evangélicas em suas diferentes histórias, tradições, doutrinas, práticas e serviços à sociedade desenvolvem ações sociais. O respeito às diferenças, a tolerância, a **inclusão social**, a prestação de serviços e as muitas atitudes de solidariedade com o que sofre representam a consciência cristã do amor ao próximo. Quando promove distribuição de bens, alimento, roupa, remédio e lazer por meio de ações coletivas, essa igreja está sendo cidadã na dimensão civil e social. São creches, escolas, centros de recuperação, asilos, centros de triagens, “sopões”, redes de ações sociais e muitas formas de ajuda que reconstruem a dignidade

Inclusão social - conjunto de meios e ações que combatem a exclusão dos benefícios de uma vida em sociedade.

humana. Não somente aos “domésticos da fé”, mas a todo que pede e precisa; a igreja serve porque esta é a sua vocação. Em outras palavras, a sua vocação é a própria cidadania.

3.2 IGREJAS E A AÇÃO POLÍTICA

A cidadania da igreja, porém, deve ir além das ações que atendem às necessidades imediatas e cotidianas das pessoas, dentro e fora das comunidades locais. Ela deve atuar diretamente nos fatores que produzem as muitas formas de injustiças sociais. Para isso, a ação política passa a ser tão fundamental e profética quanto as ações de solidariedade e assistencialistas. Além de servir ao pobre, a igreja estará atenta àquilo que produz a pobreza: a concentração de terras e de renda, a exploração do trabalhador, a destruição do meio ambiente, a corrupção, os privilégios da classe política e do poder jurídico, a gestão do Estado a favor dos mais poderosos. É preciso lembrar que o Estado não é soberano sobre o homem. Ele deve garantir a implementação da justiça pública e isso significa que ele deve zelar pelo respeito a todas as esferas da sociedade. Quando isso não acontece, a sociedade (e isso inclui a igreja) precisa responder objetivamente. Muito embora a igreja evangélica brasileira tenha experimentado um crescimento numérico bastante expressivo nas últimas décadas, ela ainda

se ressentido de uma maior participação organizada (engajamento) nos debates e soluções para os grandes temas ligados à justiça social no Brasil.

3.3 AS IGREJAS E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A participação política acontece pela consciência cristã e crítica de seus membros engajados em partidos, movimentos sociais, organizações, instituições e entidades que trabalham em prol da construção da justiça e da igualdade social. Mas acontece também quando, como resultado de debates internos, a igreja se manifesta e se posiciona publicamente a favor ou contra uma dada questão que diz respeito à sociedade e ao Estado. Ela acontece quando uma igreja se torna parceira de projetos sociais, ambientais e políticos, a favor da coletividade e desprendida de interesses particulares e privados.

Citamos o exemplo de um coletivo cristão evangélico que tem abraçado a causa da luta contra a corrupção, o 'Ame a Verdade' (www.ameaverdade.com.br), como um modelo de boa iniciativa que pode ser multiplicada pelo país. Ao final desta cartilha você encontrará os *links* para diversas organizações bem atuantes em causas sociais que podem ser extremamente úteis nesse processo de educação da igreja para a participação política.

Em períodos de eleições, há que se rejeitar com ênfase qualquer proposta de compra de votos ou - no contexto evangélico - o chamado '**Voto de Cajado**', qualificando essas práticas como criminosas e cuidando para que o nosso povo seja orientado a uma participação política eleitoral com base em seus direitos e em sua liberdade de consciência.

Voto de Cajado:

expressão utilizada quando pastores induzem o rebanho a votar nesse ou naquele candidato através de 'apoios' e 'indicações'.

3.4 O CRISTÃO NA SOCIEDADE CIVIL



A partir da década de 90 as cidades começaram a ganhar destaque como um espaço de mobilização civil para a transformação social. É nos contextos de organização urbana que as grandes mudanças nacionais



se originam. A presença da igreja na cidade deve passar pelo engajamento dos discípulos de Jesus nos processos de construção social e não apenas pelo endereço postal de um templo religioso.

São muitos os espaços de atuação urbana que podem ser ocupados pelos cristãos: a participação na vida do seu condomínio, em grupos de serviço comunitário, Organizações Não Governamentais (ONGs), associações de moradores, grêmios estudantis e outros. Um destaque para a participação nos Conselhos Municipais, que podem ser da Saúde, da Educação, Antidrogas, do Direito das Crianças e Adolescentes, da Mulher, do Idoso, da Habitação, da Alimentação Escolar, de Assistência Social, entre outros. A importância dos Conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática na formulação

e implementação de políticas públicas urbanas, estaduais e federais.

Uma outra forma bastante efetiva de participação cidadã são as ferramentas de controle social: citamos os Observatórios Populares do Legislativo e do Executivo, bem como os Observatórios de Acompanhamento de Políticas Sociais. A lei de Acesso à Informação (n°12527) é um recurso bastante útil nestes casos.

A participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas também pode ser viabilizada através de Projetos de Lei de Iniciativa Popular, que é quando uma parcela da população, através de abaixo-assinado, propõe leis tanto no nível municipal como federal. O Ficha-Limpa é um excelente exemplo do uso desta ferramenta. A proposta de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular para a Reforma



pelo poder do Evangelho nas vidas dos seus membros. Estes sinais no meio da sociedade mais ampla são testemunhos do Deus que é a favor da vida humana e da natureza, em sua totalidade e em sua integralidade.

“Percebemos que o Senhor da História está levantando uma nova geração de convertidos comprometidos, disponibilizando-os com discernimento e poder, notificando-os dos riscos do martírio. Uma geração com maior liberdade epistemológica e maior abertura temática, crendo que ‘um mundo novo é possível’ e que ‘uma igreja nova é imprescindível’. Uma igreja disposta a fazer história e devolver esperanças, marcada pela coragem e não pelo medo. Aberta ao que de bom vier de quaisquer correntes, mas disposta a denunciar e a se afastar do mal nelas contido.” (Dom Robinson Cavalcanti)

Política ‘Eleições Limpas’ foi lançado pelo mesmo movimento (Ficha-Limpa) e ainda está em andamento; hoje caminhando com parceiros numa Coalizão Democrática pela Reforma Política.

Ademais, é importante sublinhar o lugar da vocação profissional na cooperação para o bom testemunho cristão na sociedade. É a ética cristã aplicada às questões do trabalho. Conta-se que, certa vez, um sapateiro perguntou a Martinho Lutero: “Como servir a Deus e ser um cristão melhor?” Ao que ele teria respondido: “Faça um bom sapato e venda por um preço justo.”

Enfim, a igreja, ao agir como a nova humanidade redimida, recria a nova sociedade portadora da novidade do Reino de Deus. A cidadania é um caminho a ser trilhado que produz os sinais desse Reino já manifesto



MATERIAL PARA DISCUSSÃO:

+ PASTORAL À IGREJA CIDADÃ

Roda de Conversa:

- *Pensando em sua cidade ou região, quais seriam as situações que vocês apresentariam como prioritárias para receberem intervenções para transformação?*
- *De que forma vocês poderiam se organizar coletivamente para servirem à comunidade, a partir de suas maiores necessidades?*
- *Escolha e cante com o seu grupo uma música que fale sobre a justiça do Reino de Deus (aspectos comunitários) e converse com o seu pastor sobre a possibilidade de apresentar para a igreja, juntamente com um breve depoimento sobre o valor desse estudo para as suas vidas. (Se a música não for algo possível, pensem em alguma outra forma criativa para a apresentação desse depoimento).*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVILA, Carlos Frederico Dominguez & ROSA, Renata de Melo (orgs.). **Democracia, Desenvolvimento e Cidadania no Brasil: a construção de uma agenda de pesquisa em políticas públicas**. Curitiba, PR: CRV, 2011.

BARRO, Jorge Henrique. **De Cidade em Cidade. Elementos para uma teologia bíblica de missão urbana em Lucas – Atos**. Londrina, PR: Descoberta, 2006. 233 p.

BRITO, Paulo Roberto B. FAHUR, Débora L. dos Santos. FASSONI, Klênia César. PEREIRA, Welinton. Organizadores. **Jardim da Cooperação – Evangelho, Redes Sociais e Economia Solidária**. Viçosa-MG: Editora Ultimato, 2008. 272 p.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco [Et. Al.]. **Dicionário de Política**. 4 ed. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1992. Volumes 1 e 2.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo e Política - Teoria Bíblica e Prática Histórica**. Viçosa, MG: Ed. Ultimato, 2002, 5 e 288 p.

CUNHA, Maurício J. S. e WOOD, Beth A. **O Reino Entre Nós**. Viçosa-MG: Editora Ultimato, 2003. 144 p.

MONTEIRO, Marcos. Um Jumentinho na Avenida. **A Missão da Igreja e as Cidades**. Viçosa-MG: Editora Ultimato, 2007. 184 p.

MUZIO, Rubens R. Organizador. **Revolução Silenciosa (I, II e III)**. Brasília: Palavra, 2006.

PADILLA, C. René e COUTO, Péricles, Organizadores. **Igreja: Agente de Transformação**. Curitiba: Missão Aliança, 2011. 280 p.

RAMOS, Ariovaldo. **A Ação da Igreja na Cidade**. São Paulo: United Press (Hagnos), 2009. 80 p.

SILVA, Kalina Silva & SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

STOTT, John. **O Discípulo Radical**. Viçosa, MG: Editora Ultimato, 2011. 120 p.

Vilela, Guilherme Ribeiro de Carvalho Organizador. **Cosmovisão Cristã e Transformação**. Viçosa, Minas Gerais - Ultimato/2006

WEFFORT, Francisco C. **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 1989. Volumes 1 e 2.

‘O exercício da cidadania do Reino de Deus na política de uma cidade’ (palestra proferida por Dom Robinson Cavalcanti na Comunidade Presbiteriana Chácara Primavera em 07 de Novembro de 2011) <http://www.youtube.com/watch?v=oomf2-WL-fA>

Constituição Federal Brasileira http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Bíblia Sagrada (Versão de Almeida Revista e Atualizada)

RECURSOS

Aliança Cristã Evangélica Brasileira

<http://www.aliancaevangelica.org.br/>

Missão Aliança

<http://www.missaoalianca.org.br/>

Movimento Lausanne (‘O compromisso da Cidade do Cabo’)

<http://www.lausanne.org/pt/pt/1661-compromisso-da-cidade-do-cabo.html>

FTL (Fraternidade Teológica Latino-Americana)

<http://www.ftl.org.br/new>

Missão na Íntegra

<https://www.facebook.com/missaonaintegra>

Consulta Nacional às Igrejas

<http://evangelicosparticipacao.org.br/2013/>

Tearfund Brasil

http://tilz.tearfund.org/?sc_lang=pt-PT

Missão Diaconia

<http://www.diaconia.org.br/>

Visão Mundial (MJPop – Monitoramento Jovem de Políticas Públicas)

<http://www.visaomundial.org.br/conteudos/view/mjpop-monitoramento-jovem-de-politicas-publicas.html>

Renas (Rede Evangélica de Ação Social)

<http://renas.org.br/>

Rede Fale pela Justiça

<http://redefale.blogspot.com.br/>

Evangélicos pela Justiça

<http://www.epj.org.br/principal/home>

Coletivo ‘Ame a Verdade’

<http://ameaverdade.com.br/>

CADI (Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral)

<http://www.cadi.org.br>

Amarribo (Coalizão Brasileira Contra a Corrupção)

<http://www.amarribo.org.br/>

Colab (aplicativo propositivo de intervenção urbana)

<http://colab.re/>

Portal Transparência Brasil

<http://www.transparenciabrasil.org.br/>

MPC - Escola da Vida

<http://www.portalescoladavida.com.br/>

Avalanche Missões Urbanas Underground

<http://avalanchemissoes.org/>

A Rocha Brasil - Educação Ambiental

<http://www.educacaoambiental.org.br/arocheckboxil/>





WWW.ALIANCAEVANGELICA.ORG.BR/CARTILHACIDADA2014



Rua Bernardino de Campos, 636
CEP 13010-151 - Campinas - SP
Telefone: (19) 2513-1483
www.aliancaevangelica.org.br
secretaria@aliancaevangelica.org.br

Direitos autorais da Aliança Cristã Evangélica Brasileira. O conteúdo deste material poderá ser utilizado no seu todo ou em parte, desde que mencionado a sua fonte. Produto sem valor Comercial. Distribuição gratuita impressa e eletrônica.

OS EVANGÉLICOS E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: CULTURA CIDADÃ E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

LINEACREATIVA.COM.BR

A Aliança Cristã Evangélica Brasileira, com o apoio de diferentes parceiros, coloca esta Cartilha nas mãos dos evangélicos brasileiros, na expectativa de dias com uma igreja ainda mais participativa e mais cidadã. Nossa esperança é que crentes em Cristo, individualmente e também comunidades inteiras, reflitam e ajam sob uma fé evangélica conseqüente. E que muitos frutos de justiça sejam colhidos a partir dessa sementeira!

Aliança Cristã Evangélica Brasileira

APOIO:

